

Entenda como implantar a BNCC na sua escola

A implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que deve ser executada pelas escolas de todo o Brasil a partir de 2020, ainda gera muitas dúvidas nas escolas.

A Base é um documento de caráter normativo que define o conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica.

O Paraná foi um dos primeiros estados a trabalhar com a implementação da BNCC, que depois de homologada pelo MEC, se tornou obrigatória para todas as instituições, sistemas e redes de ensino.

A fim de tirar as dúvidas dos educadores sobre o tema, o Sinepe/PR está promovendo uma série de palestras nas regionais com as especialistas Fátima Chueire Hollanda e Naura Nanci Muniz Santos.

A seguir, você confere uma entrevista com as palestrantes sobre os principais tópicos que foram abordados durante as palestras.

Sinepe/PR - A implantação da BNCC ainda gera dúvidas nas escolas. Como o Paraná está se organizando sobre esta questão, quais as principais dúvidas e o prazo que as escolas têm para fazer valer estas novidades?

Fátima e Naura - O Paraná foi um dos primeiros estados a trabalhar com a implementação da BNCC que depois de homologada pelo MEC, em dezembro de 2017, se tornou obrigatória para todas as instituições, sistemas e redes de ensino, após grandes discussões e amplo debate nacional em audiências públicas para colher sugestões.

Logo em seguida, o Paraná iniciou a elaboração de um documento orientador dos currículos chamado "Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações". Esse documento, em cumprimento ao disposto na legislação educacional, amplia os direitos e objetivos de aprendizagem colocados na BNCC, contemplando as características e particularidades do Estado do Paraná. Ele é bem mais abrangente, pois a BNCC torna obrigatório um mínimo que todo estudante deve se apropriar ao longo de sua trajetória na Educação Básica em todo o território nacional.

Assim como houve mobilização das três redes de ensino do Estado: estadual, municipal e privada na elaboração do documento-referência, também sua implantação está sendo orientada tanto pela SEED, como pelas Secretarias Municipais e pelo Sinpe que estabeleceram seus respectivos cronogramas para a capacitação dos gestores e docentes que serão os responsáveis pelas mudanças previstas nesta reforma do ensino.

A dificuldade reside em como elaborar o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica Curricular e, conseqüentemente os Planos de Aula, partindo das Competências/Habilidades/Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento e não mais a partir dos conteúdos tradicionais a serem vencidos ao longo do período letivo. Como também o diálogo que deverá ser estabelecido entre os componentes curriculares visando um trabalho contextualizado, interdisciplinar e dialógico entre eles.

A princípio, as instituições de ensino têm o ano de 2019 para reelaborarem seus Projetos Pedagógicos e Proposta Curricular as quais deverão ser encaminhadas aos Núcleos Regionais de Educação para aprovação, para serem implantados no ano de 2020, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Sinepe/PR - Quais as principais novidades que a BNCC vai trazer para o ensino infantil e fundamental? Como os professores podem se organizar em sala de aula?

Fátima e Naura - Justamente uma nova organização do trabalho pedagógico. A partir de 10 competências gerais norteadoras de toda a Educação Básica, da Educação Infantil até o Ensino Médio, foram estabelecidos direitos e aprendizagens essenciais definidas como habilidades/objetivos de aprendizagem obrigatórios para cada ano do Ensino Fundamental e não mais a partir dos conteúdos. Isto é, cada instituição de ensino terá autonomia para definir o seu currículo e sua escolha metodológica, desde que estes ofereçam ao estudante a possibilidade de usar o conhecimento adquirido em situações que requerem aplicá-lo para tomar decisões. O trabalho escolar deve ser um conjunto de: conhecimentos + habilidades + atitudes + valores

Foi alterada a organização da Educação Infantil, que passa a ter definidos como obrigatórios 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento, fundamentados nos princípios éticos, estéticos e políticos anteriormente definidos pelas diretrizes curriculares nacionais e que serão programados de forma sistemática, intencional e integrada em 5 campos de experiências, tudo girando em torno dos eixos estruturantes cuidar e educar, por meio de brincadeiras e múltiplas interações. Enquanto na BNCC estão previstas 3 etapas/faixas etárias, no Referencial Curricular do Paraná estas foram detalhadas em 6 níveis, desde bebês de 6 meses até crianças de 5 anos, com programa específico para cada idade.

Também, a BNCC valoriza a conversa que deve acontecer entre as etapas da educação básica. Até então, havia uma ruptura entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental; entre os anos iniciais do fundamental e os anos finais; e entre os anos finais do fundamental e o ensino médio.

Vale a pena ressaltar que a BNCC traz 10 competências gerais que deverão ser trabalhadas desde a educação infantil até o ensino médio. A mesma competência vai se ampliando ao longo de todo o

processo e interagindo com as demais competências de cada área do conhecimento e componentes curriculares.

Para os professores e equipes pedagógicas será um grande desafio. Exige quebra de paradigmas já há muito enraizados no fazer pedagógico.

Sinepe/PR - O referencial curricular do Estado do Paraná é um documento que acrescenta definições a BNCC? Quais as suas particularidades e importância?

Fátima e Naura - Não podemos dizer que acrescenta definições, mas sim que esclarece algumas definições da Base de forma bastante detalhada e inclui os assuntos regionais que valorizam as características históricas e geográficas do Estado do Paraná, seu repertório cultural e as tradições artísticas locais, visando o desenvolvimento integral dos estudantes.